

O Padre António Vieira e a Companhia de Jesus

*Foi nesta Companhia
de Jesus que
o Padre António Vieira
encontrou a sua vocação
missionária, concebeu
o seu messianismo
e gerou a sua utopia.
Este foi o terreno
onde germinaram
o missionário, o pregador,
o paladino da aliança
mística entre o reino
de Portugal
e o Reino de Deus.
A sua entrada
na Companhia não foi
um acaso da sorte,
ou não decorreu
de eventual inércia,
mas algo que desejou,
fascinado pelos mestres
jesuítas onde estudara
as primeiras Letras.*

Carlota Urbano
*Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra*

O momento histórico *da afirmação da Companhia de Jesus*

No advento da Idade Moderna nascia a Companhia de Jesus, enraizada no humanismo da reforma, mas também inegavelmente na mais genuína tradição tardo-medieval de uma piedade centrada em Cristo. Catalogada tantas vezes como a era da revolução ‘antropocêntrica’ e do espírito crítico, o Renascimento não foi, como algumas visões redutoras (hoje desmontadas) fizeram crer, a idade em que o homem dispensava e se despedia de Deus.

O advento da modernidade, com efeito, é uma fase da história com um afinadíssimo sentido do religioso, não menos que a chamada Idade Média. Trata-se talvez, de uma nova interpretação do religioso, um novo olhar sobre as fontes, quando uma nova globalização proporcionava quer a universalização do cristianismo nos mundos que Portugal deu a conhecer ao mundo, quer, também o gérmen de um comparativismo religioso que abriria as portas ao relativismo moderno.

Ao nosso olhar contemporâneo, nascido neste relativismo religioso e num certo indiferentismo, é difícil aceitar que o momento histórico dessa primeira globalização à escala planetária, o momento que ainda surge designado nos manuais como o do ‘antropocentrismo’, seja tão marcado por um sentido tão forte do *homo religiosus* e por uma tão grande efervescência es-

piritual. Por outras palavras, a imagem ocidental moderna do indivíduo na sua plena liberdade de autodeterminação omite facilmente o fenómeno religioso, por se julgar incompatível com ele.

Sem pretender esgotar a riqueza e a complexidade desses séculos fantásticos que foram os que viram nascer a Companhia de Jesus e o P. António Vieira, apontaríamos para alguns traços identificadores a ter em conta quando queremos compreender a nova Ordem religiosa e o célebre jesuíta que dela fez parte.

1. No séc. XVI desenvolve-se em vários domínios do saber um interesse progressivo pelas fontes, um movimento espiritual e intelectual, não de regresso, mas de retorno, de revitalização original. Os homens das letras e do saber procuram beber directamente nas fontes dos autores gregos e latinos, mas também nos primeiros autores cristãos. Os humanistas, empenhados em restaurar a antiguidade profana e sagrada, aplicam-se ao estudo das línguas antigas, do Latim e do Grego e mesmo do Hebraico, com a preocupação de reduzir o texto à sua originalidade, sobretudo o texto dos textos: A Bíblia.

2. As acesas polémicas doutrinárias decorrentes do contexto da Reforma, os conflitos sangrentos que consolidaram e reforçaram o confessionalismo religioso, abriram campo a uma necessária reequação das estratégias apoloéticas de cada facção. Uma delas foi o investimento massivo na educação e na formação teológica e retórica das novas gerações de prosélitos da *militia Christi*.

3. O extraordinário alargamento do campo de missão decorrente da epopeia dos portugueses que deram ‘a conhecer o mundo ao mesmo mundo’¹, ofereceu, sobretudo àqueles que participaram no gigantesco processo de evangelização desses novos mundos, uma oportunidade fantástica de reviver a gesta dos primeiros cristãos. Na verdade, os missionários que penetravam nos mundos desconhecidos, que enfrentavam grandes perigos na natureza selvagem, na ferocidade do mar, na pirataria, no conflito com os protestantes, que viviam na clandestinidade quando o cristianismo nipónico começou a ser perseguido, esses missionários que experimentavam e assistiam ao martírio de cristãos europeus e autóctones, como eles próprios testemunham nos seus escritos, sentiam-se reviver a gesta dos primeiros mártires numa espécie de reactualização mítica dos tempos fundadores do cristianismo. Viveu-se então uma verdadeira mística do martírio, indissociável da sua analogia com o cristianismo nascente e com o protomartírio do próprio Jesus Cristo. Podemos confirmá-lo na leitura das cartas de alguns desses mártires.²

4. A Europa, dilacerada pelas cisões religiosas das reformas, fragmentada por nacionalismos emergentes, mantinha, apesar de tudo, no plano ético uma unidade cultural de fundo haurida do cristianismo e da cultura clássica e que apontava, em última instância, para uma consciência do universal. Uma consciência universalizante, enraizada na *pensar universal* herdado da cultura grega, da tradição romana, do cristianismo e do messianismo hebraico, da teologia patrística, numa linha de continuidade que progressivamente se foi aprofundando e que conheceu nos séc. XV e XVI um momento excepcional de alargamento das fronteiras do universal. Nas vésperas dos nacionalismos emergentes, consolidavam-se passos de gigante no sentimento e numa consciência de cidadania universal.

¹ A. Vieira, *História do Futuro*, M. Leonor Buescu ed. (Lisboa, INCM, 1991. Cfr. p. 60.

² C. Miranda Urbano, “Mori lucrum. O ideal de missão e martírio e as missões jesuítas do extremo oriente nos se. XVI e XVII” *Biblos* (2004), pp. 131-153.

Se atentarmos nestes quatro traços, em todos eles encontramos profundamente implicada a Companhia de Jesus. A Companhia de Jesus fez da pedagogia e da formação nos seus colégios um dos principais instrumentos da sua missão evangelizadora, quer formando teológica e literariamente os seus membros quer massificando o ensino. Muitos dos seus missionários deram a vida ao serviço do proselitismo religioso quer nos países que aderiram à reforma protestante, quer nas novas terras de missão, a Oriente e a Ocidente. Além disso, tendo embora uma estrutura de organização territorial visível nas províncias, tinha uma natureza supranacional.

Neste ano vieirino de 2008, a propósito do quarto centenário do nascimento do grande jesuíta, temos vindo a ouvir e a ler sobre temas como missionação, universalismo, profetismo e utopia de Vieira. O meu contributo neste campo resulta sobretudo da minha investigação na área da Literatura neolatina da Companhia de Jesus, sobretudo no séc. XVII, contemporâneo de Vieira, e a montante, nos fundamentos espirituais da Companhia de Jesus.

A conclusão evidente a que cheguei é que o ideário e os ideais da nova Ordem religiosa, empenhada no renovamento humanista mas herdeira da *forma mentis* medieval, constituíram o ambiente propício ao desenvolvimento do messianismo e da utopia do P. António Vieira, embora alguma vezes não o tenha completamente compreendido. A Companhia de Jesus foi afinal, o berço cultural, espiritual e intelectual em que germinou o génio do grande missionário.

A Missão da Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa

Nascida do movimento de conversão interior de St. Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus concebe desde as suas origens o ideal apostólico de missão que viria a concretizar nas suas vertentes educativa e missionária.

Este ideal missionário não pode ser dissociado dos *Exercícios Espirituais* de St. Inácio, que resultam da sua experiência de conversão e formariam sucessivas gerações de jesuítas e de não jesuítas, num processo de renovação espiritual que tem como objectivo último ajudar o exercitante a discernir a vontade divina que se identifica sempre com o que mais o conduz ao fim para que foi criado (cfr. §23 EE). Todo este processo de ascese, de auto-análise e de renovação é considerado em função de um melhor trabalho apostólico *ad maiorem Dei gloriam*, e todo o percurso dos *Exercícios* está organizado em função do momento da ‘eleição’ a fazer: a eleição da vontade divina para melhor servir o Reino. É o que deduzimos da função determinante da Segunda semana dos *Exercícios* (destinada a conhecer internamente Jesus, contemplando a sua encarnação e nascimento). Esta segunda Semana começa com o “*Chamamento do Rei temporal-Ajuda a contemplar a vida do Rei Eterno*” (§ 91-97) e termina com a ‘eleição’ (§ 169-188) que por sua vez é precedida da ‘Meditação das duas Bandeiras’ (§ 136-146).

Em pleno séc. XVI, sob o ‘estandarte da Cruz’ e a ‘bandeira do Rei Eterno’, em boa verdade duas faces do mesmo símbolo, a Companhia de Jesus constituía-se à

imagem de uma milícia sagrada ao serviço da missão universal da Igreja. Quando St.^o Inácio e os seus primeiros companheiros foram até Roma e se apresentaram ao Papa para dele receber a missão que este lhes destinasse, definiam para a Companhia de Jesus um percurso para sempre associado à missão.

E a sua primeira actividade missionária foi ao serviço da Coroa Portuguesa, D. João III, que pedira ao Papa missionários para a evangelização da Índia. Este facto não foi inconsequente. O Reino de Portugal e os seu monarcas, as suas conquistas e descobertas a ocidente e a oriente, ficariam intimamente associadas à consolidação e ao incremento da Companhia de Jesus como obra missionária. D. João III dava continuidade e cumprimento à missão assumida por D. Manuel na carta enviada a Leão X no ano de 1513, em que escrevia:

‘deve esperar-se que com o favor divino (...) e sob a bandeira da cruz (...) resulte o maior serviço a Deus e a ruína e ignomínia da seita de Maomé, e que as plagas distantes do Oriente, por onde se sabe que já soaram as palavras sagradas dos Apóstolos, se aliem em breve às nossas do Ocidente e venham a render-se ao culto do verdadeiro Deus’.³

Os reis portugueses confiavam à Companhia uma missão sob o ‘estandarte da cruz’ – *Crucis uexillo* – e a Companhia recebia-a do ‘Rei Eterno’⁴. Tratava-se, afinal, de uma feliz sintonia de imagens que contribuía para estreitar os laços espirituais entre a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa.

O ideal missionário da nova Ordem religiosa sublimava o tradicional ‘espírito de cruzada’ por meio de um modelo de ‘evangelização pacífica’⁵ que, paradoxalmente, enraizava toda a sua força no ideal da *militia Christi*. Esta milícia, cujo heroísmo se manifestava até ao extremo do martírio nos seus missionários, servia ao mesmo tempo o Rei temporal e o Rei Eterno porque aquele tinha por missão o serviço deste.

Não é por acaso que numa obra de divulgação dos mártires jesuítas, a *Gloriosa coroa d’esforçados religiosos da Companhia de Jesu. Mortos polla Fe catholica nas conquistas dos reynos da Coroa de Portugal*, da autoria do Padre Bartolomeu Guerreiro SJ, publicado em Lisboa no ano de 1642, não é por acaso, dizia, que o autor aponta como ‘*causas remotas da glória dos valerosos soldados... o zelo dos sereníssimos reis de Portugal na propagação da fé.*’

A folha de rosto desta obra ostenta uma alegoria da Fé e os habituais elementos iconográficos do martírio, as palmas e as coroas. As palavras da dedicação depõem aos pés de Sua Majestade a coroa, ‘*na feliz idade do ouro em que a coroa é restituída a D. João e D. João à coroa*’, numa clara alusão à aclamação de D. João IV como rei de Portugal em 1640. Aos olhos dos padres da Companhia de Jesus do séc. XVII, o ideal missionário da Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa são indissociáveis.

³Na tradução de Nair Castro Soares, “A Carta de D.Manuel ao Papa Leão X (1513)”, *Biblos* n.s. (2004) pp. 99-129. Cfr. p. 117.

⁴Cfr. *Exercícios Espirituais* § 91-97. Usamos a tradução do P. Vital Dias Ferreira SJ, (Apostolado da Oração, Braga, 1983)

⁵Sobre este modelo de evangelização no contexto dos Descobrimientos Portugueses vide Luís Filipe Thomaz “Descobrimientos e Evangelização da Cruzada à missão Pacífica” *Congresso Internacional de História. Missiões Portuguesas*, 4 vol. (Braga 1993) 1, pp. 81-129.

A *Companhia e o apelo à Missão.* *Sob o signo da imitatio Sanctorum*

Entusiasmada com os frutos assinaláveis da sua missão evangélica, a Companhia empenhou-se de modo infatigável no labor editorial, na publicação de cartas, de relatos, de sermões, de poemas, de elogios, de biografias em latim e em vernáculo, em que brilhavam, ora a santidade de vida ou o martírio de um missionário, ora a obra colectiva das casas da Companhia espalhadas na Europa e onde quer que tivessem chegado os portugueses. Respirava-se um ambiente de auto-consciência épica que atingiria o seu clímax quando se completava um século sobre a aprovação da nova Ordem religiosa (em 1640).⁶

Não faltavam à Companhia os heróis contemporâneos para propor às novas gerações que enchiam os seus numerosos colégios. A leitura das *Cartas Anuas* que relatavam as peripécias de uma igreja pioneira e missionária nas Américas, perseguida no Oriente, onde o martírio era uma realidade muito próxima, ou a celebração da memória litúrgica dos jesuítas mártires (do seu *dies natalis*), a recorrência do tema do martírio nos próprios exercícios literários que envolviam a vida escolar dos colégios, criavam o ambiente propício ao desejo de uma vida heróica, eventualmente através do martírio, de acordo com a longa tradição cristã da *imitatio sanctorum*.

Muitos dos jovens estudantes dos colégios da Companhia, seduzidos por estes heróis, deixariam a sua pátria partindo para as missões longínquas e experimentaríamos eles próprios a perseguição e o martírio.

A *Companhia de Jesus e a aclamação de D. João IV*

No contexto da missão que lhe fora confiada pelo Papa e pelos Reis de Portugal, não é de estranhar que a Província Portuguesa da Companhia de Jesus tenha assumido um papel que foi tudo menos neutral, na crise de sucessão em 1580. Não o assumiu institucionalmente mas assumiram-no os seus membros, a julgar, se mais não fosse, pelas recomendações do Geral da Companhia, o P. Cláudio Aquaviva, que aconselhava os irmãos da Província Portuguesa a refrear as suas manifestações de fervor autonomista e a não se intrometerem na questão da sucessão. Depois de uma carta de 1583 com estes avisos, em 1590 insistia na necessidade de refrear os sentimentos, palavras ou discursos que ofendessem D. Filipe, afastando do reino, se necessário, os religiosos que não se submetessem a estas recomendações.⁷

É sobejamente conhecido o empenho da Companhia de Jesus na causa da aclamação de D. João IV em 1640. Em Portugal, especialmente nas cidades onde tinha as suas casas, mas também nos domínios do Oriente e das Américas onde tinha os seus colégios e missões, a Companhia desdobrou-se em manifestações de apoio à nova dinastia e não se poupou nem no púlpito nem no prelo, na produção de textos que visavam acima de tudo a legitimação do trono da Casa de Bragança. É sabido

⁶ A aprovação formal da Companhia de Jesus por parte do Papa Paulo III data de 1540.

⁷ Cfr. Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência da Província Portuguesa*, tomo 2, vol. 2, p. 440.

também que vários membros da Companhia assumiram importantes funções diplomáticas ao serviço da mesma causa, na Europa e nos domínios Além-Mar, cujo exemplo mais notório é precisamente o P. António Vieira. É emblemática a legenda com que desfilaram frente ao Palácio Real em Lisboa, os alunos do Colégio de St.º Antão, divididos em companhias: “*Estes soldados forma a Companhia de Jesus para servir Vossa Majestade na defesa dos seus reinos.*”⁸

Durante os anos em que Portugal viveu numa monarquia dual, porém, os membros da Companhia de Jesus obedecendo mais ou menos literalmente às recomendações de imparcialidade, não deixaram de, sobretudo pela palavra escrita e proclamada, combater a diluição da soberania portuguesa e a hegemonia espanhola que a monarquia dual naturalmente favorecia. A Companhia de Jesus tem uma larga quota parte na vasta ‘literatura autonomista’, como lhe chamou Hernâni Cidade⁹, que durante aquelas décadas foi alimentando os sentimentos de auto-estima nacional.

A mitificação da história e dos seus heróis

Como observa José Eduardo Franco na sua obra cheia de novidade para a historiografia portuguesa, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua função política* (Lisboa, 2000), a crise de 1580, iluminada pela História grandiosa dos Descobrimentos, desencadeia uma releitura e uma reconstrução do passado nacional em função de uma missão sagrada para que Portugal foi destinado desde as origens.¹⁰ Observa com pertinência o autor que os tempos de ruína são particularmente propícios ao ressurgimento de mitos, e que o progressivo descontentamento com a união das coroas favoreceu o desenvolvimento das grandes utopias messiânicas de que são emblema as obras proféticas do Padre António Vieira.

No segundo quartel do séc. XVII, e depois de 1640, encontramos na Literatura jesuítica um razoável leque de composições poéticas que activam utopias nacionais, como o messianismo sebastianista, mitos como o Milagre de Ourique, para além de expressões de fervor autonomista contra a união das coroas. Outras composições criam verdadeiros mitos hagiográficos, e sobretudo nas publicações de carácter mais claramente propagandístico editadas depois de 1640, é visível uma consciência muito clara da importância da Companhia na universalização da Fé cristã.

Nesta tradição poética o ideal místico do missionário-mártir, que tinha como fim último a universalização do cristianismo, andava intimamente associado à História de Portugal e integrava a sua missão utópica. Para além de contribuir para uma releitura do passado de Portugal em função de um destino glorioso inscrito nos desígnios de Deus, a Companhia contribuiu também para a mitificação de um passado recente feito de heróis provados no sangue do martírio.

A Companhia de Jesus, na palavra escrita e na palavra pronunciada, na imprensa, na cátedra e no púlpito, contribuía para cristalizar miticamente a História e reforçava a mística da aliança divina entre o Reino de Portugal e o Reino de Deus.

⁸ Cfr. F. Rodrigues, *op. cit.*, p. 348.

⁹ Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, 1940.

¹⁰ José Eduardo Franco, *O mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa, 2000. Cfr., p. 219.

Podíamos evocar aqui, se se tratasse de um estudo mais desenvolvido, alguns exemplos de poesia neolatina jesuítica para ilustrar o que afirmamos. Aludimos apenas a alguns:

Por exemplo, o *Pro elisabetha Regina*, do P. Francisco Macedo, composto por ocasião da canonização de St. Isabel em 1625, é um verdadeiro instrumento de acção política que activa mitos nacionais como o sebastianismo e a vocação universal do Reino de Portugal.¹¹ Um grande poema épico como o *Paciecidos*¹² do P. Bartolomeu Pereira, que celebra o martírio de um grupo de missionários jesuítas no Japão, contribui para a mitificação da história recente e do heroísmo missionário da Companhia de Jesus associado à universalização do cristianismo. Este poema pode mesmo ser considerado uma epopeia da Companhia, como fica claro nos pareceres que acompanham a sua edição em 1640. A título de exemplo, citamos o parecer do P. António Leite que exprime essa consciência épica:

“Triunfa a Companhia de Jesus ao ver os feitos dos seus eternizar-se na Europa, na África, na Ásia.”¹³

Publicado poucos meses antes da Restauração de 1640, este poema conclui com uma prece pela recuperação da grandeza do reino.

“E agora, Francisco (se a Portugal resta algo da sua velha fama ou sombra do seu nome) a tua Lusa terra, cansada, volta para ti os olhos inundados de lágrimas; olha para ela em suas vestes servis; é esta, aquela que tantas vezes firme no seu ceptro e no diadema real, governando com poder todas as terras, o mundo viu cobrir o mar com seus navios, contemplando-a, poderosa, em silêncio. Dá a Portugal o antigo Portugal, devolve, padre querido, a antiga glória a Portugal cansado.”¹⁴

O Padre António Vieira e o chamamento do Rei Eterno

Foi nesta Companhia de Jesus que o P. António Vieira encontrou a sua vocação missionária, concebeu o seu messianismo e gerou a sua utopia. Este foi o terreno onde germinaram o missionário, o pregador, o paladino da aliança mística entre o reino de Portugal e o Reino de Deus.

¹¹Sobre este poema veja-se Carlota Miranda Urbano, “Poesia épica novilatina no período filipino. O *Pro Elisabetha Regina Lusitanorum Poema epicum* (1626) do P.º Francisco de Macedo SJ”, *Humanitas*, 53 (2001) pp. 343-364.

¹²Bartolomeu Pereira, *Paciecidos: libri duodecim: decantatur clarissimus P. Franciscus Paciecus Lusitanus, Pontlimiensis, è Societate Iesu, Japponiae Provincialis eiusdem Ecclesiae Gubernator, ibique uiuus pro Christi fide lento concrematus anno 1626*. Conimbricæ, Expensis Emmanuelis de Carvalho 1640. Fazemos um estudo deste poema épico na nossa dissertação de doutoramento: “Santos e Heróis. A épica hagiográfica novilatina e o poema *Paciecidos* (1640) de Bartolomeu Pereira SJ”, Coimbra, 2004.

¹³“Triumphat Societas Iesu, dum res a suis ad Europam, ad Africam, ad Asiam praeclare gestas aeternari uidet.” Cfr. p.s.n. in *Iudicium magistrorum Societatis Iesu*.

¹⁴“Nunc quoque (si iam famae aliquid, uel nominis umbra/ Lusiaci si restat adhuc) Francisce, fluentes/ In te fessa oculos figit tua Lysia; nosce/ Seruiles habitus; haec est, quam saepe sedentem/ Sceptra super, regumque super diademata, et omnes/ Frenantem imperio terras, mare puppe tegentem/ Suscepit, dominamque uidens obmutuit orbis./ Da Lysiae antiquam Lysiam, fessaeque priores/ Da titulos, Lysiamque sibi Pater optime redde.” *Paciecidos*, XII, pp. 486-494.

Tinha pouco mais de 15 anos quando, em Março de 1623 teve a primeira ‘*inspiração eficaz de entrar Religioso*’ como ele próprio escreve ‘*num comentário breve em que apontou os dias notáveis de seus successos*’,¹⁵ texto a que o seu primeiro biógrafo, o P. André Barros, ainda teve acesso.

Como escreve o biógrafo, dois meses depois, em Maio de 1623, o jovem Vieira fugiu de casa dos pais para entrar no Noviciado da Companhia de Jesus, porventura temendo a oposição dos pais. A sua entrada na Companhia não foi um acaso da sorte, ou não decorreu de eventual inércia, mas algo que desejou, fascinado pelos mestres jesuítas onde estudara as primeiras Letras. Foi então nessa tenra idade que pela primeira vez fez os *Exercícios Espirituais* de St. Inácio de Loyola, prova de 30 dias que antecede os primeiros votos do religioso no final do Noviciado. Foi nessa tenra idade que contemplou o “Chamamento do Rei temporal ajuda a contemplar o Rei eterno”. Recomenda o fundador para esta contemplação:

1.^a parte

1.º ponto: É pôr diante de mim um rei humano, eleito pela mão de Deus, Nosso Senhor, a quem prestam reverência e obedecem todos os príncipes e todos os homens cristãos.

2.º ponto: Atender como este Rei fala a todos os seus, dizendo: É minha vontade conquistar a toda a terra de infieis. Portanto, quem quiser vir comigo, há-de contentar-se com comer como eu, e também com beber e vestir, etc.. do mesmo modo há-de trabalhar comigo, durante o dia, e vigiar, durante a noite etc., para que depois tenha parte comigo na vitória, assim como teve nos trabalhos.

3.º ponto: Considerar que devem responder os bons súbditos a rei tão liberal e humano; e, por conseguinte, se algum não aceitasse a petição de tal rei, quão digno seria de ser vituperado por todo o mundo e tido por perverso cavaleiro.

2.^a parte

A segunda parte deste exercício consiste em aplicar o precedente exemplo do rei temporal a Cristo, nosso Senhor, conforme aos três pontos ditos.

1.º ponto: É quanto ao primeiro ponto, se considerarmos tal apelo do rei temporal a seus súbditos, quanto é coisa mais digna de consideração ver a Cristo, nosso Senhor, rei eterno, e diante dele todo o universo, ao qual e a cada homem em particular chama e diz: Minha vontade é de conquistar o mundo e todos os inimigos, e assim entrar na glória de Meu Pai. Portanto, quem quiser vir comigo, há-de trabalhar comigo, para que, seguindo-me na pena, também me siga na glória. (§ 92-97)

É longa a citação, mas projecta uma luz esclarecedora sobre o ardor missionário de Vieira. A missão do jesuíta radica na identificação com este Rei, com Cristo, que chama *todo o universo e cada homem em particular para entrar com todos* na Glória do Pai. E esta é a semente da utopia de Vieira, é a esperança que o move. Tudo o mais que nele se há-de desenvolver ao longo de um percurso apaixonado e acidentado de vida, o lusitanismo, o messianismo, o ecumenismo, tudo o mais se explica e se integra no eixo fundador que é a esperança escatológica no *Reino de Cristo*.

A imagem do rei temporal, que apela aos seus súbditos para com ele colaborarem na conquista da terra, prolonga a sua eficácia na do rei eterno que apela ao ideal

¹⁵ André Barros, *Vida do apostólico Padre António Vieira da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1746, cfr. p. 9.

missionário. É este ideal que o anima, quer nos recessos do Brasil, quer nas cortes da Europa. Escreve o seu biógrafo que “*de quasi 17 annos tinha feito voto de se empregar todo na conversão dos Gentios*”¹⁶ e nessa missão reconhecerá grande consolação.

Numa carta sua ao P. Francisco Morais, datada de 1653, do Maranhão, portanto quando regressa aos índios, depois de um certo desencanto com o convívio dos grandes do mundo nas várias missões diplomáticas escreve:

“(...) alguma consolação posso ter hoje, que no outro tempo me faltava. E, para que vós também a tenhais, sabei, amigo, que a melhor vida é esta”¹⁷,

e prossegue descrevendo a austeridade e a ascese dos seus dias entregues ao cuidado das almas e às coisas do espírito.

Mas o chamamento do Rei, como se viria a tornar claro, era mais universal, a missão era fazer com que *todos* entrassem na glória do Pai e para isso era necessário ir ao sertão mas também pregar no púlpito e na corte.

O *Padre António Vieira e a imitatio sanctorum*

Para este apelo missionário concorreram certamente aquele desejo de identificação com o Rei Eterno que é Cristo, mas também um certo mimetismo espiritual sob o signo da *imitatio sanctorum* (a imitação dos santos). A própria conversão de St. Inácio de Loyola brotou do seu encontro providencial com a *Vita Christi* e com o *Flos Sanctorum* que nele despertou o desejo de fazer “coisas difíceis e importantes”. A Companhia não deixaria de, na senda da antiga tradição cristã, alimentar pela *lectio spiritualis* uma pedagogia espiritual marcada pela *imitatio sanctorum*. Embora este não seja o traço distintivo da pedagogia espiritual inaciana, não deixa de lhe imprimir uma marca considerável. Marcada pelo carácter ascético e de auto-análise dos sentimentos e ‘moções interiores’ como lhes chama St. Inácio, e pelo discernimento, a pedagogia espiritual inaciana cujo ‘texto fundador’ são os Exercícios Espirituais também traz esta marca tradicional do poder pedagógico do *exemplum* motivador do desejo.

Assim se descreve na célebre *Autobiografia* de St. Inácio ditada ao P. Luís Gonçalves da Câmara:

“Porque, ao ler a vida de Nosso Senhor e dos santos, parava a pensar, raciocinando consigo próprio: ‘E se eu fizesse aquilo que fez S. Francisco? E aquilo que fez S. Domingos?’- E assim discorria por muitas coisas que achava boas, propondo-se sempre a si mesmo coisas difíceis e importantes, e ao fazê-lo parecia-lhe encontrar em si facilidade de as levar a cabo.”¹⁸

Talvez por esta razão, o fundador recomenda para leitura espiritual na segunda semana dos *Exercícios*, depois da Meditação do Rei temporal, os Evangelhos, a *Imitação de Cristo* e *Vidas de Santos* (§ 100).

¹⁶ André Barros, *Vida do apostólico...*, p. 14.

¹⁷ *Cartas* (L. de Azevedo) I, 301. De 25 de Janeiro de 1653. Carta citada em António Lopes SJ “Os 74 anos de evolução da utopia de Vieira”, Terceiro Centenário da morte do P. António Vieira: Congresso Internacional: Actas (Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1999, 3 vol. Vol. II, pp. 857-879. Cfr. p. 869.

¹⁸ *Autobiografia de Santo Inácio de Loyola*, trad. de A.J. Coelho, Braga, 2005. Cfr. p. 30-31.

O jovem António Vieira, quando começou os estudos num Colégio da Companhia de Jesus, durante o noviciado e depois na continuação dos estudos, leu e ouviu seguramente durante as refeições a narrativa de vidas de Santos, o martirologio, mas também *Cartas Annuas*, Relações de martírio, vidas de membros notáveis da Companhia, que terão estimulado esse movimento de desejo que St. Inácio chama ‘moção interior’, e que envolve a pessoa no seu todo na resposta a um apelo.

O P. André Barros, explica deste modo a entrada de António Vieira no noviciado:

“Era viva naquelle tempo a fama e fresca a *memoria dos singulares Varões*, com que nas conquistas de Portugal e da Igreja se illustrava a Companhia de JESUS. Ainda saltava, e respirava chamas no alento do Venerável Padre João de Almeida (como no seu Timotheo a voz do grande Paulo) o prodigioso Padre Joseph de Anchieta. Estes dous Capitães triunfadores da América, e outros, que lhe seguiam os espíritos em todo o Brasil com as *novas dos Louros, e Palmas do Oriente, regadas com os suores, e sangue de tantos, e tão estremados Herões*, assim como faziam sombra a qualquer outra glória, assim o inquietavam, e excitavam a elle a seguir por semelhantes passos a conquista das almas.”¹⁹

Nas palavras de André Barros, a memória dos singulares varões, dos ‘capitães’ triunfadores da América, e outros, e as notícias dos louros e das palmas, dos mártires do Oriente, moveram o jovem Vieira a dar os mesmos passos na conquista das almas. Mais uma vez, a eficácia arrebatadora dos heróis de santidade que a Companhia propunha aos seus estudantes e aos seus membros, era o fruto natural da participação humana no sacrifício de Cristo. Continuava bem viva no séc. XVII a famosa citação do *Apologético* de Tertuliano: “Sangue de mártires, semente de Cristãos”²⁰.

E o P. António Vieira teria ocasião de experimentar nas muitas peregrinações pelo interior das terras do Brasil, os passos desses heróis que ele celebra, por exemplo, no *Sermão da Sexagésima*. No exórdio trata e amplifica os *semeadores Evangélicos* e os seus ‘passos’ nas arriscadas incursões na Amazónia, jogando com os dois sentidos da palavra: passos do caminhar infatigável e passos do sofrimento que atravessam, afogados, perseguidos, ou exaustos de fome. Mais à frente, na linha de uma mística sacrificial do martírio, que se respira desde cedo na Companhia de Jesus, chega a identificar esses passos com a paixão de Cristo. Os missionários completam no seu martírio, o que falta completar à paixão de Cristo.

O Padre António Vieira, o guerreiro da palavra

O desejo de morrer entre os gentios, de gastar-se na conversão da gentilidade, levou o jovem jesuíta, no início da sua vida religiosa, mas já depois dos estudos de Retórica e de ele próprio ensinar a disciplina,²¹ a pedir a dispensa dos ‘estudos maiores’. Voltamos a seguir o P. André de Barros:

¹⁹ André Barros, *Vida do apostólico...*, p. 10.

²⁰ “semen est sanguis Christianorum.” *Apologético*, 50, 13. Cf. J. Carlos Miranda, *Tertuliano. Apologético*, edição bilingue com tradução, Introdução e comentários, Alcalá, 2002, p. 580.

²¹ Em que, segundo o biógrafo, escrevera comentários às Tragédias de Séneca e às Metamorfoses de Ovídio, entretanto perdidos.

“logo declarou aos seus maiores os seus intentos e o voto que tinha de gastar a sua vida entre os buçais e incultos brazis, deixando a profissão das Letras, mas não foi então admitido nem ouvido.”²²

Mas o jovem Vieira não desistia, insistindo

“que o deixassem ficar no último grao dos estudantes da Companhia, cujas aulas, como via o Mundo, estavam tão cheias de engenhos singulares como incultas ainda muitas searas de Cristo.”²³

Porém a Providência divina tinha-o destinado ao Teatro da Europa, como exemplo vivo de Varões constantes, e foi mandado ouvir Filosofia.

Nestes estudos, António Vieira manifestava já o seu engenho particular, pois compôs um curso filosófico e, passando à Teologia, recebeu ordens dos superiores para não usar as tradicionais ‘postillas’ nem ‘tomar os ditados de outrem, mas para compor por si próprio as matérias.

Aquele aparente desinteresse não significava aborrecimento diante do estudo neste espírito fascinado e curioso. Tanto que não lhe faltou persistência na aprendizagem bem difícil, como confessa, das línguas locais, para prosseguir os objectivos missionários. Escreve André Barros que quando fez voto de ser missionário “*se applicou, e soube com excellencia as duas línguas do Brasil e Angola*”.²⁴ O P. António Vieira estava bem ciente da necessidade absoluta de o missionário falar a língua daquele que quer evangelizar. A Companhia mantinha a mesma convicção ao tornar obrigatória a frequência e aprovação, no estudo da Língua geral do Brasil antes de todos os outros estudos para os que nela quisessem ingressar em terras de Santa Cruz.

A viagem que fez para Portugal em Fevereiro de 1641, para acompanhar a embaixada de obediência a D. João IV, projectaria o P. António Vieira no espaço europeu e ofereceria um mais vasto e variado público aos seus sermões. Em Vieira, o pregador, na formulação de S. Paulo, fez-se tudo para todos.

Na linha do humanismo renascentista, a sua formação na Companhia de Jesus fora marcada pelo reconhecimento da importância da linguagem como mediação fundamental da acção humana.

A palavra, a pregação, era um instrumento fundamental da missionação, fosse o seu auditório o índio mais humilde ou o poderoso Filipe IV, fosse a Baía, fosse Lisboa ou a própria Urbe Romana. O missionário é, portanto, um pregador. Vieira faz a apologia destes pregadores de Cristo no sermão da Epifania e estava convencido da importância do seu papel na consolidação da presença portuguesa e da presença da igreja católica no mundo, no que havia de ser a consumação do Reinado de Cristo.

Retomando a tipologia do heroísmo do mártir como guerreiro da *militia Dei*, Vieira toma o pregador como verdadeiro soldado desta milícia. O pregador é um herói que se revela no combate e no triunfo pela palavra. Um guerreiro ao serviço do Rei Eterno e ao serviço do Rei temporal que é o rei de Portugal, um conquistador ao serviço de uma pátria. É este perfil do tipo heróico do pregador que sobressai da

²² André Barros, *Vida do apostólico...* p. 15.

²³ *Ibidem*

²⁴ *Ibidem* p. 14.

sua figura, como formulou Margarida Vieira Mendes na sua obra *A oratória barroca de Vieira*.²⁵

Vejamos o que escreve Vieira, pondo estas palavras na boca de Cristo: “*Eu mando os meus pregadores, que são meus soldados, a conquistar o mundo, e a pelejar contra os infiéis*”²⁶ e noutro passo: “*Os primeiros e maiores instrumentos da conservação e aumento desta monarquia são os ministros da pregação e propagação da fé, para que Deus a instituiu e levantou do mundo.*”²⁷

A teologia da História do Padre António Vieira

É depois da primeira viagem a Portugal (em 1641) que o lusitanismo do P. António Vieira ganha forma e, lentamente, se vai integrando no eixo angular da sua esperança no Reino de Cristo. Os primeiros sermões que pregou em Lisboa, como observa António Lopes²⁸, têm como motivo a salvação da pátria que ele encontra abatida. Por isso neles apela à unidade dos Portugueses e retoma os mitos nacionais do Sebastianismo e do Milagre de Ourique, capazes de oferecer a Portugal o futuro.

Portugal precisava de saber que era um reino eleito, chamado à nobilíssima missão de universalizar a fé cristã, de desempenhar o seu papel insubstituível na consumação do Reinado de Cristo na terra. E essa eleição vinha desde as suas origens, por isso Vieira retoma o tema da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques. Estes mitos nacionais, tinham ganho uma dimensão cada vez mais eficaz, sobretudo em resposta à crise de soberania que Portugal atravessa depois dos acontecimentos de 1580. Já aqui fizemos referência à História de Portugal de Fernando Oliveira, cuja edição e estudo trouxe um contributo de extrema importância para a compreensão da visão que Portugal fazia de si próprio nesta altura. A relação entre esta leitura da História e a *História do Futuro* foi já estudada por José Eduardo Franco.²⁹ Como também já dissemos, a literatura da Companhia de Jesus não carece, quer na oratória quer na poesia, de intenções que se inserem nesta mesma linha: a de fazer uma leitura teológica dos acontecimentos da história, a de estimular nos portugueses a fé nessa leitura, inflamando a sua auto-estima, alimentando a sua esperança, a fim de levar Portugal a cumprir os desígnios divinos.

É nesta tradição que nasce o génio do P. António Vieira, que leva à perfeição aquela leitura, numa explosão única de imaginação e de criatividade na expressão da sua esperança e da sua fé no Reinado de Cristo.

Deus actua providencialmente no tempo e na História dos homens. Por isso na História revela-se Deus e na História se há-de cumprir o que Deus revela. O P. António Vieira viu a revelação divina na História de Portugal, leu a História teologicamente, e por isso acreditou plenamente na aliança entre o Rei temporal e o Rei eterno e não pôde deixar de se entregar plenamente à colaboração com o Rei, respondendo ao chamamento. Como escreveu o P. Mário Garcia,

²⁵ Cfr. p. 16

²⁶ Passo citado por M. Vieira Mendes, *A oratória...*, p. 114.

²⁷ *Cartas I*, p. 547 citada em Margarida Vieira Mendes, *A oratória...*, p. 115.

²⁸ A. Lopes, art. cit., p. 867.

²⁹ José Eduardo Franco, “A História de Portugal do Padre Fernando Oliveira e a História do Futuro do Padre António Vieira: Duas utopias em confronto” *Terceiro Centenário...*, pp. 945-968.

“a sua pregação foi acompanhar, por dentro e por fora, a evolução da História, convertendo-a à luz da Palavra de Deus, o Evangelho traduzido para os homens e mulheres seus contemporâneos, projectado no futuro da Esperança e Libertação universais, conseguido pelo Reinado de Cristo, consumado na terra”.³⁰

Ao revelar o Quinto Império, projectando a idade do Ouro no futuro, o P. António Vieira formulou uma ‘filosofia da Esperança’³¹, como escreve Chacon. O Quinto império (e a palavra império, ela própria, é marcada pela ideia de totalidade) surge como superação, como sublimação da história, quando tudo nela se explica e ganha sentido, para onde tudo converge. Com esta utopia escatológica Vieira unifica a diversidade e a multiplicidade histórica, caminha do múltiplo para o uno, para ‘que todos sejam um’ (Jo, 1,1), e todo o universo se recapitule em Cristo.

Muito mais que uma leitura do passado, a sua teologia da História é fonte de sentido global. E é porque para ele esta utopia é fonte de sentido, que o P. António Vieira gasta a sua vida como um genuíno religioso inaciano, no serviço do Rei Eterno, a sonhar e a escrever o futuro *ad maiorem Dei gloriam*.

³⁰ Garcia, Mário, “Vieira Jesuíta”, *Terceiro Centenário...* 85-102, cfr. p. 99.

³¹ Vamireh Chacon, “A filosofia da Esperança em Vieira”, *Anchieta e Vieira. Paradigmas da Evangelização no Brasil*, Edições Loyola, Johan Konings SJ (coord.), São Paulo, 2001, pp. 151-166.

